

## ARGENTINA, LUTO E REMÉDIO

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Que a política de estabilização argentina está com os dias contados é algo que já não se discute. O interesse principal agora é examinar as implicações do fim da longa agonia. Nas palavras de Antônio Vieira: "Muito me edificam os lutos; mas muito mais me edificara o remédio." (carta a D. Rodrigo de Menezes, 18.7.1671, Cartas, v. II, ed. J. Lúcio de Azevedo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1997). Uma pergunta importante a responder é em que medida o colapso cambial platino terá conseqüências de médio prazo sobre as tumultuadas relações entre o Brasil e a Argentina. De fato, desde o início da década de 1980, as relações bilaterais não andam tão estremecidas. Embora ao governo brasileiro não reste opção senão reiterar seu apoio ao combalido parceiro preferencial, é óbvio que existem, principalmente na Argentina, projetos estratégicos contrários ao reforço do Mercosul, e, portanto, das relações preferenciais com o Brasil. As dúvidas, freqüentemente expressas pelo ministro Cavallo, quanto ao interesse argentino em continuar a aderir a uma união aduaneira com o Brasil configuram a recorrência de dificuldades que já haviam surgido no início da década de 1990. Altas autoridades argentinas manifestaram então a sua clara opção por um acordo comercial preferencial bilateral com os EUA, embora houvesse escassa evidência de interesse recíproco sério por parte de Washington. O aprofundamento do Mercosul foi, do ponto de vista argentino, uma política *second best* à luz das prioridades de significativas parcelas das elites políticas daquele País.

A análise equilibrada das dificuldades bilaterais, entretanto, exige que também seja reconhecido que, ao Brasil, faltou iniciativa na condução do processo de aprofundamento do Mercosul, o mais eficaz antídoto às pretensões dos que privilegiavam relações estreitas entre Argentina e EUA.

Por outro lado, a explicação da postura pró-EUA está parcialmente centrada na constatação legítima das dificuldades da integração sub-regional, em vista da péssima tradição, em passado não tão remoto, de gestão macroeconômica no Brasil. Combinada, nos últimos vinte anos, com um desempenho do ponto de vista do crescimento do nível de atividade que faz lembrar a velha Argentina pré-1991. Esta constatação alicerça a posição argentina, reiteradamente explicitada, de que o Brasil melhor faria adequando o seu regime cambial ao regime cambial argentino. Deixando de levar em conta que a assimetria entre o tamanho das duas economias, combinada às condicionantes políticas brasileiras, inviabiliza esta alternativa. A maior dificuldade que enfrenta o Mercosul é a falta de tradição virtuosa da política macroeconômica de sua maior economia.

Mas parte das resistências argentinas tem outras raízes. O peso relativo das economias argentina e brasileira mudou radicalmente desde a época de ouro da Argentina. O PIB brasileiro que em 1913 era pouco mais da metade do PIB argentino, hoje é quase três vezes maior do que o PIB argentino. Mesmo a razão entre medidas de PIB per capita mudou espetacularmente: o PIB per capita argentino era então quase seis vezes maior do que o brasileiro, hoje é 70% superior, mesmo com a sobrevalorização argentina. A tendência é inquietante e não é gratuitamente que o ministro Cavallo compara o Brasil a um elefante: lento, mas principalmente grande, e ainda maior se visto da perspectiva secular.

Não é surpreendente que, a partir do realinhamento cambial brasileiro de 1999, tenham de novo ressurgido, de forma preponderante, os adeptos de uma aproximação com EUA, mesmo que persistam grandes dúvidas quanto à reciprocidade do interesse. As monótonas demonstrações semanais de hostilidade ao Mercosul, ou ao Brasil, por parte do ministro Cavallo devem ser entendidas neste

contexto. Para parte da opinião pública argentina, a ter um projeto nacional condicionado à agenda de um grande vizinho, seria mais interessante eleger os EUA do que o Brasil. Mas, por mais intensa que seja tal aspiração argentina, não é, por si só, decisiva para assegurar que a possível simpatia de Washington se transforme em realidade.

A flexibilização do regime cambial argentino ensejará, após a tormenta, a remoção de muitos dos pontos de fricção bilaterais que emergiram recentemente entre os dois países. Será possível então recuperar a verdadeira dimensão da importância recíproca da manutenção de vínculos estreitos de natureza econômica e política entre Argentina e Brasil. Não se trata apenas de simpatia, mas de inexorabilidade geopolítica. A tarefa de recuperação não será fácil, pois a debilidade política do governo de la Rúa e a fragilização do governo Cardoso agem no sentido de dificultar a volta ao caminho relativamente virtuoso trilhado pelo Mercosul até o início de 1999. Há ainda a considerar a reação de outros países, em especial dos EUA.

Dadas as dificuldades macroeconômicas da Argentina, a cooperação norte-americana será essencial para a sua superação, mesmo que seja política explícita da administração republicana abster-se de interferir diretamente na solução da crise. O poder de barganha dos EUA na Argentina poderá aumentar ainda mais.

No quadro das dificuldades de conciliação dos avanços das negociações da ALCA com a pauta do Mercosul, a tendência natural seria o enfraquecimento adicional da posição brasileira de buscar apoio em Buenos Aires para a reticência com relação à integração hemisférica. Mas, o mínimo que se pode dizer é que qualquer política norte-americana que privilegie o enfraquecimento do Mercosul usando o poder de barganha decorrente da intensificação da crise externa que afeta a Argentina e o Brasil será irresponsável, dadas as consideráveis dificuldades que enfrenta o governo republicano quanto à extração de autorização negociadora em bases razoáveis no Congresso dos EUA.

Os EUA poderiam ver-se na posição de facilitadores da implosão do Mercosul sem terem capacidade efetiva de oferecer a alternativa da integração hemisférica.